

## RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Protocolo nº: 24.943.161-3

Ref.: Impugnação Ao Edital nº 04/2025 - HRL

**Impugnante:** RODRIGUES SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA – CNPJ nº 43.782.769/0001-11

Trata-se de Impugnação apresentada pela empresa RODRIGUES SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA, por intermédio da qual questiona a exigência prevista no item 10 do Edital nº 04/2025, notadamente aquela que trata da exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação.

Deste modo, passa a Comissão de Credenciamento, cuja composição fora designada pela Portaria FUNEDAS nº 274, de 12 de agosto de 2025, a se manifestar em relação às razões da impugnação, o que faz de acordo com os fatos e fundamentos a seguir expostos.

### 1. DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS

A Impugnante apresenta questionamentos em face do Edital nº 04/2025, sustentando, em síntese, que a exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor total anual estimado da contratação estaria em desacordo com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

### 2. PRELIMINARMENTE - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do item 7 do Edital nº 04/2025, é assegurado aos interessados o direito de impugnar o edital até três dias úteis antes da sessão pública.

Considerando que a sessão está designada para o dia 07/11/2025, e que a Impugnação foi protocolada em 30/10/2025, constata-se que o documento foi apresentado dentro do prazo legal e editalício, motivo pelo qual deve ser conhecido, por tempestivo, passando-se à análise do mérito.

### 3. DO MÉRITO

#### 3.1. Da exigência do patrimônio líquido

A exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo decorre de previsão expressa no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual é facultado à Administração exigir comprovação de boa situação financeira, inclusive mediante a apresentação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, quando tecnicamente justificado no processo administrativo.

No caso em apreço, a fixação do percentual de 10% observou os parâmetros utilizados em processos de credenciamento anteriores da FUNEDS, de modo a assegurar a capacidade financeira mínima das empresas credenciadas para suportar a execução contratual, considerando a natureza continuada e essencial dos serviços assistenciais de saúde.

Trata-se, portanto, de medida que visa resguardar a execução regular do objeto e o interesse público, especialmente no que se refere à prestação ininterrupta dos serviços, cuja descontinuidade poderia gerar grave prejuízo à assistência hospitalar.

### 3.2. Da discricionariedade administrativa na fixação de requisitos de habilitação

A fixação do percentual de 10% não se mostra desarrazoada, tampouco desproporcional. Trata-se de parâmetro amplamente aceito pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e pelos Tribunais de Contas Estaduais, inclusive o TCE/PR, como critério objetivo e proporcional de aferição da capacidade econômico-financeira dos licitantes.

Ademais, a exigência não restringe a competitividade, uma vez que não impede a participação de qualquer interessado que atenda às condições legais mínimas. A eventual exclusão de empresas que não possuam condições patrimoniais mínimas não constitui violação ao princípio da isonomia, mas consequência natural da necessidade de garantir a boa execução contratual.

No exercício de suas competências legais, a Administração Pública dispõe do poder discricionário para definir, dentro dos limites normativos, as condições e exigências necessárias à adequada execução dos contratos administrativos, em especial quando o objeto envolve serviços essenciais e de natureza continuada, como é o caso dos serviços assistenciais de saúde.

Tal prerrogativa encontra amparo no art. 37, caput, da Constituição Federal, e nos arts. 11, 12 e 69 da Lei nº 14.133/2021, os quais conferem à Administração a responsabilidade de adotar medidas que assegurem a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. Nesse contexto, a discricionariedade administrativa consiste na margem de liberdade conferida ao gestor público para eleger, entre alternativas juridicamente possíveis, aquela que melhor atenda ao interesse público e às peculiaridades do caso concreto.

Assim, a definição de exigências de habilitação econômico-financeira — como a comprovação de patrimônio líquido mínimo — insere-se no âmbito da discricionariedade técnica da Administração, que visa mitigar riscos contratuais e garantir que apenas empresas com condições efetivas de execução integrem o cadastro de prestadores.

Trata-se, portanto, de medida de cautela administrativa voltada à proteção do erário e à continuidade da prestação dos serviços, não se configurando como restrição indevida à competitividade, mas como instrumento legítimo de seleção de parceiros capazes e idôneos.

Ademais, apenas para argumentar, não há que se falar em imposição de restrição ou contratação excludente. O edital foi estruturado de modo a permitir ampla participação de empresas de diferentes portes, observadas, contudo, as condições mínimas necessárias à garantia da execução contratual.

A título exemplificativo, se uma empresa desejar participar dos lotes referentes aos serviços de Enfermeiro Obstetra (Lote 05) e Assistente Social (Lote 02), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de R\$ 112.368,40, correspondente a 10% do valor total anual estimado da soma desses lotes.

Por outro lado, caso a interessada pretenda concorrer apenas a um único lote — como o de Fonoaudiólogo (Lote 08) — o valor exigido de patrimônio líquido será de apenas R\$ 35.750,25, o que demonstra a proporcionalidade e a razoabilidade da exigência.

Portanto, existem faixas de participação acessíveis a todo tipo de empresa, desde micro e pequenas prestadoras até sociedades empresárias de maior porte.

Naturalmente, se uma empresa manifesta interesse em participar de múltiplos lotes, abrangendo diversas categorias profissionais, é plenamente compreensível que a Administração Pública exija demonstração de capacidade econômico-financeira compatível com o volume global pretendido, a fim de assegurar a exequibilidade dos serviços e a solidez financeira da contratada.

Ressalte-se que o objeto do credenciamento envolve profissionais da saúde que atuarão diretamente na linha de frente de um hospital de grande porte, como é o caso do Hospital Regional do Litoral (HRL). A eventual incapacidade financeira de uma empresa contratada poderia acarretar sérios prejuízos à continuidade dos atendimentos e à segurança dos pacientes, o que reforça a legitimidade da exigência.

Assim, o parâmetro adotado no edital mostra-se adequado, proporcional e tecnicamente justificado, não havendo qualquer vício ou excesso que possa ser considerado restritivo à competitividade.

#### 4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, a Comissão de Credenciamento entende que a impugnação apresentada pela empresa RODRIGUES SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA deve ser conhecida, por tempestiva, mas indeferida quanto ao mérito, permanecendo inalteradas as disposições do Edital de Credenciamento nº 04/2025.

Encaminha-se o presente documento para análise e ratificação pelo Diretor-Presidente da FUNEDAS.

Curitiba, 05 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

**ANDRÉ LUÍS MIKILITA MIRA**

Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

**GISELE APARECIDA SANTOS**

Membro da Comissão de Credenciamento

assinado eletronicamente

**JOSILENE FERNANDES**

Presidente da Comissão de Credenciamento

Documento: **19.HRLImpugnacaoRodrigues.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Andre Luis Mikilita Mira (XXX.419.959-XX)** em 05/11/2025 18:14 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Josilene Fernandes (XXX.739.879-XX)** em 06/11/2025 09:38 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO, **Gisele Aparecida Santos (XXX.331.659-XX)** em 06/11/2025 09:38 Local: FUNEAS/CC/COMISSAO.

Inserido ao protocolo **24.943.161-3** por: **Andre Luis Mikilita Mira** em: 05/11/2025 18:14.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:

**DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA – FUNEDS**

**Protocolo nº 24.943.161-3**

**DESPACHO nº 2.733/2025**

- I. Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **RODRIGUES SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA – CNPJ nº 43.782.769/0001-11** em face dos termos do Edital de Credenciamento/Chamamento Público n.º 004/2025, que visa atender o Hospital Regional do Litoral.
- II. Informo ciência quanto a da solicitação de impugnação apresentada.
- III. **ACOLHO** como relatório o conteúdo das manifestações da Comissão de Credenciamento às fls. *retro*.
- IV. **ACOMPANHO** o entendimento exposto pela referida Comissão, adotando como fundamento para a presente decisão.
- V. **RATIFICO** a decisão da Comissão de Credenciamento, decidindo pelo **NÃO PROVIMENTO** da impugnação realizada.
- VI. **PUBLIQUE-SE.**

Diretoria da Presidência, 06 de novembro de 2025.

Assinado eletronicamente/digitalmente

**GERALDO GENTIL BIESEK**  
Diretor Presidente – FUNEDS

Rua do Rosário, 144 – 10º andar – 80.020-110 – Curitiba – PR  
Tel.: 41 3798-5373 | [www.funeas.pr.gov.br](http://www.funeas.pr.gov.br)

Documento: **Despacho2733Protocolo24.943.1613DecisaolmpugnacaoEditalCredenciamentoHRL.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Geraldo Gentil Biesek (XXX.399.129-XX)** em 06/11/2025 16:57 Local: FUNEAS/DP.

Inserido ao protocolo **24.943.161-3** por: **Jucilene Santos Custódio** em: 06/11/2025 16:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: